

**DOE 09/06/2026  
ERRATA DE EDITAL**

**SEI: 387.00008167/2025-61 – P.G 31.51.001 – Pregão Eletrônico n.º 001/2026 – Compras.Gov.Br n.º 90.101/2026 – UASG 253101 – Aquisição de baterias chumbo-ácido estacionárias com tecnologia VLRA (Valve Regulated Lead Acid) reguladas por válvula, para uso em equipamentos nobreak, em atendimento às demandas advindas dos Edifícios CIDADE I e IV.**

**EDITAL ITEM 1 – DO OBJETO / ANEXO 1 – PROPOSTA COMERCIAL/ MINUTA DE CONTRATO – CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR  
INCLUIR A COLUNA NO QUADRO DE ITENS.**

<b>CATMAT</b>
<b>615914</b>

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 001/2026**

**PROCESSO N. 31.51.001**

**PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS.GOV.BR N. 90.101/2026**

**PROCESSO SEI N.: 387.00008167/2025-61**

**CONTRATANTE (UASG) (253101)**

**OBJETO**

**AQUISIÇÃO DE BATERIAS CHUMBO-ÁCIDO ESTACIONÁRIAS COM TECNOLOGIA VLRA (VALVE REGULATED LEAD ACID) REGULADAS POR VÁLVULA, PARA USO EM EQUIPAMENTOS NOBREAK, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS ADVINDAS DOS EDIFÍCIOS CIDADE I E IV.**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 22/06/2026 às 9h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**PREFERÊNCIA PARA ME/EPP: SIM**

A **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU**, situada na Rua Boa Vista, 170 - Edifício C.I.D.A.D.E. I, Centro, São Paulo/SP, doravante denominada simplesmente **CDHU**, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), nos termos da Lei federal n. 14.133/21 e demais normas aplicáveis à espécie, incluindo as orientações constantes de Manuais de Pregão Eletrônico pela Nova Lei de Licitações e do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, publicados naquele portal e deste partes indissociáveis, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal n. 13.303/16, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), da Política de Transações com Partes Relacionadas e do Código de Conduta e Integridade da **CDHU**.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação visa à aquisição de baterias chumbo-ácido estacionárias com tecnologia VLRA (Valve Regulated Lead Acid) reguladas por válvula, para uso em equipamentos nobreak, em atendimento às demandas advindas dos Edifícios CIDADE I e IV, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo V) deste Edital, de acordo com os itens que compõem o grupo subscrito:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DA CENTRAL	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL (Unidades)
1	1	Bateria estacionária, para equipamento SOCOMEC, 120KVA, selada, com sistema eletroquímico chumbo-ácido regulada por válvula (VRLA), Tensão por Célula: <b>12 Vcc</b> (Volts em Corrente Contínua). Capacidade mínima: 250 Ah (Ampère-hora) na taxa C10. Dimensões referenciais por Célula: Largura: 268 mm; Altura Total: 225 mm; Profundidade: 520 mm. Terminal: M8.	3º Subsolo CIDADE I	unidade	60
	2	Bateria estacionária, para equipamento modular RTA de 2 módulos de 60KVA, selada, com sistema eletroquímico chumbo-ácido regulada por válvula (VRLA), Modelo de Referência: DF 2000. Tensão por Célula: 12 V (Volts em Corrente Contínua). Capacidade mínima: 115	3º Subsolo CIDADE I	unidade	32

		Ah (Ampère-hora) na taxa C10.Dimensões por Célula: Largura: 172 mm; Altura Total: 240 mm; Profundidade: 330 mm. Terminal: M6.			
3		Bateria estacionária, para equipamento modular RTA de 1 módulo de 60KVA, selada, com sistema eletroquímico chumbo-ácido regulada por válvula (VRLA), Modelo de Referência: DF 2000.Tensão por Célula: 12 V (Volts em Corrente Contínua).Capacidade mínima: 115 Ah (Ampère-hora) na taxa C10.Dimensões por Célula: Largura: 172 mm; Altura Total: 240 mm; Profundidade: 330 mm.Terminal: M6.	2º Subsolo CIDADE IV	unidade	16

- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, composto pelos itens indicados em Proposta Comercial (Anexo I) e relacionados em Termo de Referência (Anexo V) deste Edital, devendo o licitante oferecer sua proposta para todos os itens que compõem o objeto licitado.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, na forma do artigo 138 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC CDHU.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
  - 2.1.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos

decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.4. Nos limites previstos no artigo 4º da Lei n. 14.133/21 e na Lei Complementar n. 123/2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 2.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação, concernentes a tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, observa-se que:
  - 2.5.1. A participação neste certame é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006, observado o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei n. 14.133/21.
    - 2.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere o subitem anterior fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. E, além do disposto nos artigos 65 a 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU, não poderão disputar esta licitação:
  - a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei n. 14.133/2021;
  - c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5%

(cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei n. 14.133/2021;

- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- j) aquele que, nos termos da alínea “b”, de inciso I, de artigo 13 c.c. artigo 11 da Lei Complementar n. 225/2026, for considerado devedor contumaz.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133/2021.

2.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de

apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

- 2.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata a alínea “d” do subitem 2.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. No que concerne às alíneas “b” e “c” de subitem 2.6., equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. Não poderão disputar esta licitação pessoas físicas, cooperativas, nem pessoas jurídicas reunidas em consórcio

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
  - c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021, excetuada a hipótese especificada no subitem 3.4.1. e subsequentes.
- 3.4.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021.
- 3.4.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no subitem 3.4.1 acima, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006.
- 3.4.3. Como a participação neste certame não é exclusiva para microempresas ou empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3. ou 3.4. acima, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei n. 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



- 3.9. Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.10. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário e total do item e/ou valor unitário/total do grupo;
- 4.1.2. marca;
- 4.1.3. fabricante.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

- 4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, para participarem de licitações públicas.
- 4.9. O descumprimento, por parte dos contratados, das regras supramencionadas, pode ensejar a responsabilização dos interessados pela Administração, nos termos deste edital e da legislação vigente.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (mil reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, conforme definido no início deste Edital.

- 5.11. Como adotado o modo de disputa “aberto”, para o envio de lances, no Pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem 5.18.1. acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem 5.18.2. acima.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no *caput* do art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- 5.19.1.2. avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes, para o qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei n. 14.133/2021;
- 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do §1º do art. 60 da Lei n. 14.133/2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos e prestados por:
  - 5.19.2.1. empresas estabelecidas no Estado de São Paulo;
  - 5.19.2.2. empresas brasileiras;
  - 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no §1º do artigo 60 da Lei n. 14.133/21, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 5.19.4. Será observado o disposto no §2º do artigo 60 da Lei n. 14.133/21 e no inciso III do artigo 41 c.c. o inciso I do artigo 58 da Lei Complementar n. 225/2026, quando for o caso.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
  - 5.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

- 5.20.2. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.4. O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que envie, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada de “folders”, encartes, folhetos e/ou catálogos técnicos contendo as informações e especificações técnicas dos produtos ofertados que ratifiquem o atendimento às exigências estabelecidas em Termo de Referência (Anexo V) de Edital.
- 5.20.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às **condições de participação no certame**, conforme previsto no art. 14 da Lei n. 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF.
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

- 6.1.4. Relação de Apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 6.1.6. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário consoante artigo 12 da Lei federal n. 8.429/1992.
- 6.1.7. Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN Federal, de que trata o inciso VI do artigo 2º da Lei n.º 10.522/2002 e suas alterações, no que concerne à medida prevista nas alíneas “b” e “c” do inciso I do artigo 13 da Lei Complementar n.º 225/2026, acerca do impedimento aplicável ao *devedor contumaz*.
- 6.1.8. Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual. A existência de pendências no registro do licitante não impede a participação na licitação, mas sim a celebração do contrato ou de instrumento equivalente, e quaisquer pagamentos, nos termos da Lei estadual n. 12.799/08 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto estadual n. 53.455/08, e da Resolução SF-44/08, da Secretaria da Fazenda.
  - 6.1.8.1. Constatado o registro no CADIN Estadual e desde que não se refira à proibição constante de item 6.1.7. acima, será concedido ao licitante o prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a respectiva constatação, o qual poderá ser prorrogado, a critério da CDHU, para a devida regularização, permanecendo suspensa a contratação.
- 6.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
  - a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - b) A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



- c) Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.3.1. Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.5. e 3.4. deste Edital.
- 6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 6.4.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.4.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.4., acima, o Pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7. deste Edital.
- 6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) conter vícios insanáveis;
  - b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital ou em seus Anexos;
  - c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
  - d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



- 6.7. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que **não** haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.8.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.8.1.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, exemplificadamente, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.10. A aceitabilidade dos preços unitários e total ofertados em Proposta Comercial (Anexo I) apresentada pelo licitante será aferida com base nos valores praticados em mercado, vigentes na data de referência de preços, bem como quanto à comprovação de atendimento integral das especificações mínimas descritas no Termo de Referência – Anexo V deste Edital.
- 6.11. Nos termos do artigo 34 da Lei n. 13.303/16, o valor orçado pela Administração permanecerá sob sigilo durante o processamento deste certame.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação descrita no subitem 8.4. do Termo de Referência (Anexo V) deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei n. 14.133/2021.
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída, sempre que for o caso, pelo registro cadastral no SICAF.

- 7.1.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pelo CAUFESP, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n. 14.133/2021.
- 7.4. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 7.5. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.6. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.8. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- 7.9. A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.
- 7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 7.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante vencedora.
- 7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência (Anexo V) deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.13. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1. acima.
- 7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e

não como condição para participação na licitação, nos termos do artigo 43 da Lei Complementar n. 123/2006.

7.15.1 Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a licitante habilitada nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

8.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

8.3.1.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação:

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo, ou em descumprimento ao disposto no subitem 8.3.1. acima, não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [sei.sp.gov.br](http://sei.sp.gov.br)., devendo, o interessado, para poder realizar o acesso, estar previamente cadastrado.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. A licitante será responsabilizada quando do cometimento das seguintes infrações:
  - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
  - 9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
    - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - d) deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital;
    - e) apresentar proposta ou amostra, quando exigida, em desacordo com as especificações do Edital.

- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5. fraudar a licitação;
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - c) apresentar, quando exigida, amostra falsificada ou deteriorada.
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - a) advertência;
  - b) multa;
  - c) impedimento de licitar e contratar;
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este Edital e aplicada após o regular processo administrativo.
- 9.5. A multa será recolhida nos percentuais abaixo indicados e incidentes sobre o valor do contrato licitado, nos termos do parágrafo 3º do artigo 156 da Lei n. 14.133/21, cumulado com parágrafos 1º a 5º do artigo 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC – da CDHU.
- 9.5.1. Para as infrações previstas nos subitens 9.1.1 a 9.1.3., a multa será de 0,5% a 5% do valor do contrato licitado.
  - 9.5.2. Para as infrações previstas nos subitens 9.1.4. a 9.1.8. a multa será de 20% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa.
- 9.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.8. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 9.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar, após o regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1. a 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta estadual, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
- 9.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após o regular processo administrativo, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 9.1.4. a 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1. a 9.1.3., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n. 14.133/2021, de no mínimo



3 (três) anos a no máximo 6 (seis), no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos.

- 9.11. A recusa injustificada da adjudicatária em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos neste Edital pela Administração, descrita no subitem 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades acima descritas.
- 9.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do artigo 158 da Lei n. 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a adjudicatária para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outras.
- 9.14. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei n. 14.133/2021.
- 9.15. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei n. 14.133/2021.
- 9.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 9.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CDHU à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual, se prestada, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
- 9.19. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.



- 9.20. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei n. 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 9.21. A CDHU deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, nos termos do art. 161 da Lei n. 14.133/2021.

## **10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

- 10.1. As licitantes poderão solicitar esclarecimentos ou impugnar o Edital, por escrito, em até 5 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores à data da sessão de abertura do procedimento, à Gerência de Licitações, das 9 às 12 h e das 14h30min às 17 h, na Rua Boa Vista, 170 – Edifício CIDADE I – 1º andar – Bloco 5, Centro/SP, ou pelo e-mail: [licitacao@cdhu.sp.gov.br](mailto:licitacao@cdhu.sp.gov.br).
- 10.1.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações recebidos após o horário definido nesse subitem serão considerados recebidos, para todos os efeitos, no dia útil imediatamente posterior.
- 10.2. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos pela Gerência de Licitações até o dia útil imediatamente anterior à sessão de abertura do certame.
- 10.3. As impugnações ao Edital serão respondidas no prazo de três dias úteis contados de seu recebimento, observado o disposto no subitem 10.1.1, acima.
- 10.4. Se os pedidos de esclarecimento ou as impugnações ao Edital não forem respondidos no prazo fixado no subitem anterior, a abertura da licitação será adiada, exceto se as questões apresentadas forem consideradas impertinentes ao objeto ou de caráter meramente protelatório à licitação.
- 10.5. Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela CDHU.

- 10.6. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados no site eletrônico da CDHU: <http://cdhu.sp.gov.br>, sendo de responsabilidade das licitantes seu acesso.
- 10.7. No caso de ausência de solicitação, pelas licitantes, de esclarecimentos adicionais aos fornecidos, pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.

## **11. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

- 11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei n. 14.133/2021.
- 11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 11.3. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura do Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo III.
- 11.4. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 11.4.1. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 11.4.2. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no subitem 6.1. deste Edital.
- 11.4.3. Constitui condição para a celebração da contratação, a inexistência de registro em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN Federal”, de que trata o inciso VI do artigo 2º da Lei n.º 10.522/2002 e suas alterações, no que concerne ao impedimento aplicado ao *devedor contumaz* em

conformidade com a alínea “c” do inciso I do artigo 13 da Lei Complementar n.º 225/2026, *salvo* quando houver efeito suspensivo em processo administrativo ou judicial, sem prejuízo do registro ou da baixa dessa caracterização no Cadastro de que trata a Lei n.º 10.522/2002 e suas alterações.

- 11.4.4. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual n. 12.799/2008.
- 11.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração da contratação:
- 11.5.1. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário perante o contratante.
- 11.5.2. declaração de Atualização Cadastral do(s) Representante(s) Legal(ais) da adjudicatária designado(s) como signatário(s) do contrato a ser firmado com a CDHU, emitida pelo Sistema de Cadastro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – CadTCESP, por meio do endereço: <https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/#!/>.
- 11.6. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021.
- 11.6.1. O Contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
- 11.6.2. O prazo para assinatura previsto no subitem 11.6. poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 11.6.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 11.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo

da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

- 11.8. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.5. Em caso de eventual divergência entre as especificações constantes deste Edital e anexos com o código de cadastramento do certame junto ao ambiente [compras.gov.br](http://compras.gov.br), prevalecerão as disposições deste Edital.
- 12.6. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.

- 12.8.1 Para contagem dos prazos previstos neste Edital não serão computados os dias em que não há expediente na sede da CDHU, constantes do calendário disponível no site da CDHU.
- 12.9. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.9.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 12.9.2. O desatendimento de exigência meramente formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei n. 14.133/2021.
- 12.10. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos de instrução normativa vigente.
- 12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico da **CDHU**, [www.cdhu.sp.gov.br/licitacoes](http://www.cdhu.sp.gov.br/licitacoes).
- 12.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 12.13. Integram o presente Edital:
- Anexo I Proposta Comercial
- Anexo II Declaração de Cumprimento e Requisitos de Habilitação
- Anexo III Minuta de Contrato
- Anexo IV Minuta de Ordem de Compra
- Anexo V Termo de Referência
- Anexo VI Estudo Técnico Preliminar

São Paulo, 18 de maio de 2026.

**NÉDIO HENRIQUE ROSSELLI FILHO**  
Diretor Administrativo-Financeiro

**REINALDO IAPEQUINO**  
Diretor Presidente

**ANEXO I****PROPOSTA COMERCIAL**

(a ser preenchida em papel timbrado da licitante)

**À****COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU**

Rua Boa Vista n. 170 - Centro - São Paulo - SP

OBJETO: Aquisição de baterias chumbo-ácido estacionárias com tecnologia VLRA (Valve Regulated Lead Acid) reguladas por válvula, para uso em equipamentos nobreak, em atendimento às demandas advindas dos Edifícios CIDADE I e IV

PROCESSO CDHU SEI N. 387.00008167/2025-61

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90.\_\_\_\_/2026

Prezados Senhores,

Após analisarmos, minuciosamente, toda a documentação constante da Licitação supra referida e de seus anexos, propomos fornecer, sob nossa integral responsabilidade o objeto deste Pregão, em consonância com as especificações constantes do Termo de Referência, pelo valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), vigente na data de apresentação desta Proposta, na forma e condições seguintes:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. [a]	PREÇO UNITÁRIO R\$ [b]	PREÇO TOTAL R\$ c = [a] x [b]
1	1	Bateria estacionária, para equipamento SOCOMEC, 120KVA, selada, com sistema eletroquímico chumbo-ácido regulada por válvula (VRLA), Tensão por Célula: <b>12 Vcc</b> (Volts em Corrente Contínua). Capacidade mínima: 250 Ah (Ampère-hora) na taxa C10. Dimensões referenciais por Célula: Largura: 268 mm; Altura Total: 225 mm; Profundidade: 520 mm. Terminal: M8  FABRICANTE:	unidade	60		

		MARCA:				
		MODELO:				
	2	Bateria estacionária, para equipamento modular RTA de 2 módulos de 60KVA, selada, com sistema eletroquímico chumbo-ácido regulada por válvula (VRLA), Modelo de Referência: DF 2000.Tensão por Célula: 12 V (Volts em Corrente Contínua).Capacidade mínima: 115 Ah (Ampère-hora) na taxa C10.Dimensões por Célula: Largura: 172 mm; Altura Total: 240 mm; Profundidade: 330 mm. Terminal: M6.  FABRICANTE:  MARCA:  MODELO:	unidade	32		
	3	Bateria estacionária, para equipamento modular RTA de 1 módulo de 60KVA,selada, com sistema eletroquímico chumbo-ácido regulada por válvula (VRLA), Modelo de Referência: DF 2000.Tensão por Célula: 12 V (Volts em Corrente Contínua).Capacidade mínima: 115 Ah (Ampère-hora) na taxa C10.Dimensões por Célula: Largura: 172 mm; Altura Total: 240 mm; Profundidade: 330 mm.Terminal: M6.  FABRICANTE:  MARCA:  MODELO:	unidade	16		
	<b>VALOR TOTAL GRUPO 1 (soma dos itens 1 a 3) —(R\$)</b>					
	<b>(valor a ser lançado no Sistema)</b>					

Observação: Os preços unitários e totais ofertados deverão contemplar no máximo duas casas de centavo.



- 1) Declaramos, para os devidos fins, que os produtos ofertados atendem integralmente às exigências de todas as normas vigentes da ABNT relativas à fabricação, instalação, montagem, segurança, desempenho e vida útil, com indicação de marca, fabricante, procedência, prazo de garantia e de assistência técnica.
- 2) Declaramos que os produtos ofertados são originais de fábrica, não sendo resultado, seja parcial ou total, de processo de condicionamento ou remanufaturamento, além de novos e sem uso anterior.
- 3) Os preços propostos acima não contêm qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e contemplam, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relacionados ao objeto, tais como: materiais; **tributos**, encargos e ônus incidentes; despesas com frete e embalagens até sua efetiva entrega; garantia dos produtos; e, eventuais perdas ou custos para sua perfeita consecução.
- 4) Estamos cientes, em conformidade com o estabelecido no Edital, que não poderemos pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o objeto a ser executado, arcando com os ônus de eventual equívoco em seu dimensionamento.
- 5) Declaramos estar cientes dos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), bem como do Código de Conduta e Integridade da CDHU, disponibilizados em seu site, comprometendo-nos a respeitá-los e cumpri-los.
- 6) Estamos cientes de que a data de fabricação dos produtos a serem entregues não poderá exceder o período de 6 (seis) meses da data de entrega das baterias, conforme disposto no subitem 3.1.2. de Anexo V – Termo de Referência do Edital n. \_\_\_\_/2026.
- 7) O prazo de garantia dos produtos fornecidos contra os defeitos de fabricação é \_\_\_\_ (mínimo 12 (doze)) meses, contados da emissão do TRD, estando sujeito às regras e condições dispostas no Código do Consumidor (Lei n. 8.078/90).

A presente proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

---

(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(a ser preenchida em papel timbrado do Licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF n. \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), na qualidade de participante do Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2026, Processo SEI CDHU n. 387.00008167/2025-61, DECLARO, para fim de atendimento dos requisitos de habilitação constantes do subitem 8.4. do Termo de Referência (Anexo V) do Edital, que:

- a) Cumprimos as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único de artigo 117 da Constituição Estadual.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Nome/Assinatura do representante legal

**ANEXO III****MINUTA DE CONTRATO****CONTRATO N.****PROCESSO SEI N. 387.00008167/2025-61****PREGÃO ELETRÔNICO N. \_\_\_\_\_ / 2026**

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS CHUMBO-ÁCIDO ESTACIONÁRIAS COM TECNOLOGIA VLRA (VALVE REGULATED LEAD ACID) REGULADAS POR VÁLVULA, PARA USO EM EQUIPAMENTOS NOBREAK, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS ADVINDAS DOS EDIFÍCIOS CIDADE I E IV, FIRMADO ENTRE A CDHU E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

**A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU**, com sede nesta Capital, na Rua Boa Vista, 170 - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.865.597/0001-09, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente REINALDO IAPEQUINO, e pelo seu Diretor Administrativo-Financeiro, NÉDIO HENRIQUE ROSSELLI FILHO, aqui designada simplesmente **CDHU**, e de outro lado, \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob n. \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(s) abaixo assinado(s), aqui designada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, tendo em vista o que consta do Processo SEI n. 387.00008167/2025-61, conforme homologação do Ilmo. Sr. Presidente, que será regido pela Lei n. 13.303/16, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) e pelo Código de Conduta e Integridade da **CDHU**, pela Lei n. 14.133/21, no que que for aplicável, e em observância às demais legislações vigentes à matéria, na forma e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. O presente Contrato visa à aquisição de baterias chumbo-ácido estacionárias com tecnologia VLRA (Valve Regulated Lead Acid) reguladas por válvula, para uso em equipamentos nobreak, em atendimento às demandas advindas dos Edifícios

- CIDADE I e IV, conforme especificações técnicas estabelecidas no Anexo V – Termo de Referência do Edital n. \_\_\_\_/2026, deste parte integrante.
- 1.2. Os produtos a serem fornecidos devem atender integralmente às exigências de todas as normas vigentes da ABNT relativas à fabricação, instalação, montagem, segurança, desempenho e vida útil, com indicação de marca, fabricante, procedência, prazo de garantia e de assistência técnica; e, possuir certificação ANATEL.
  - 1.3. Os produtos a serem fornecidos devem ser originais de fábrica, não sendo resultado, seja parcial ou total, de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, além de novos e sem uso anterior.
  - 1.4. Os bens deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 2.2. de Cláusula Segunda deste instrumento, em perfeitas condições de armazenagem e uso, às expensas da **CONTRATADA**, pela entrada situada na Rua General Carneiro, 245 – Centro – São Paulo/SP, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 8h30 às 12h30 e das 14h30 às 17h.
    - 1.4.1. A data de fabricação das baterias não poderá exceder o período de 6 (seis) meses da data de sua efetiva entrega, conforme disposto no subitem 3.1.2. de Anexo V – Termo de Referência do Edital n. \_\_\_\_/2026.
  - 1.5. A **CONTRATADA** obriga-se por seus funcionários e/ou prepostos, a cumprir com o disposto no Decreto municipal n. 49.487/2008, e suas alterações posteriores, que regulamenta o trânsito de caminhões na Zona de Máxima Restrição de Circulação – ZMRC.
  - 1.6. A instalação será realizada pela própria CDHU ou terceiro a quem indicar, a quem competirá o adequado descarte, conforme legislação pertinente vigente, dos elementos de bateria dos bancos a serem substituídos.
  - 1.7. O objeto contratado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

- 2.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura deste instrumento.

2.2. A **CONTRATADA** tem o prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, para entrega, em remessa única, dos produtos que constituem o objeto.

2.3.1. O prazo acima descrito poderá ser excepcionalmente prorrogado, conforme se estipula no Termo de Referência, desde que justificado previamente pela **CONTRATADA** e autorizado pela **CDHU**.

2.3. A inobservância dos prazos estipulados neste Contrato somente será permitida, pela **CDHU**, em decorrência de caso fortuito ou força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, mediante solicitação escrita e fundamentada por parte da **CONTRATADA**, implicando prorrogação, uma vez aceitas as justificativas pela **CDHU**, dos prazos contratuais das atividades afetadas em iguais números de dias, a ser formalizada através de Termo de Aditamento Contratual, sob pena de incorrer à **CONTRATADA** nas multas previstas neste Contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), nos termos da Proposta Comercial aceita no Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/26 e assim distribuído:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Bateria estacionária, para equipamento SOCOMEC, 120KVA, selada, com sistema eletroquímico chumbo-ácido regulada por válvula (VRLA), Tensão por Célula: <b>12 Vcc</b> (Volts em Corrente Contínua). Capacidade mínima: 250 Ah (Ampère-hora) na taxa C10. Dimensões referenciais por Célula: Largura: 268 mm; Altura Total: 225 mm; Profundidade: 520 mm. Terminal: M8 <b>FABRICANTE</b> <b>MARCA</b> <b>MODELO</b>	60		
2	Bateria estacionária, para equipamento modular RTA de 2 módulos de 60KVA, selada, com sistema eletroquímico chumbo-ácido regulada por válvula (VRLA), Modelo de Referência: DF 2000. Tensão por Célula: 12 V (Volts em Corrente Contínua). Capacidade mínima: 115 Ah	32		

	(Ampère-hora) na taxa C10.Dimensões por Célula: Largura: 172 mm; Altura Total: 240 mm; Profundidade: 330 mm. Terminal: M6. <b>FABRICANTE</b> <b>MARCA</b> <b>MODELO</b>			
3	Bateria estacionária, para equipamento modular RTA de 1 módulo de 60KVA, selada, com sistema eletroquímico chumbo-ácido regulada por válvula (VRLA), Modelo de Referência: DF 2000.Tensão por Célula: 12 V (Volts em Corrente Contínua).Capacidade mínima: 115 Ah (Ampère-hora) na taxa C10.Dimensões por Célula: Largura: 172 mm; Altura Total: 240 mm; Profundidade: 330 mm.Terminal: M6. <b>FABRICANTE</b> <b>MARCA</b> <b>MODELO</b>	16		
<b>Valor Total (R\$)</b>				

3.2. Nos valores acima estão incluídas todas e quaisquer despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto licitado, tais como: materiais; **tributos**, encargos e ônus incidentes; despesas com frete e embalagens até sua efetiva entrega; garantia dos produtos; e, eventuais perdas ou custos para sua perfeita consecução.

3.3. Os preços acima são fixos e irrevogáveis.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos disponíveis constantes da Reserva de Verba n. C11490, conta n. 13.01.07.02, consignada no orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A **CDHU** pagará à **CONTRATADA** os valores relativos aos bens efetivamente fornecidos, vedados quaisquer adiantamentos, consoante valores unitários descritos no subitem 3.1. de Cláusula Terceira deste instrumento, mediante a

apresentação da correspondente nota fiscal e após a emissão do devido Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

- 5.2. Constitui condição para realização dos pagamentos a inexistência de registro, em nome da **CONTRATADA**, no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.
- 5.3. Após a emissão do TRD, cabe ao Gestor contratual designado pela **CDHU** efetuar o ateste da nota fiscal e encaminhá-la para pagamento dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, sem qualquer incidência de atualização monetária.
- 5.3.1. No caso de devolução das faturas, por alguma inexatidão que apresentem, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela Superintendência de Finanças e Controle da Diretoria Administrativo-Financeira da **CDHU**.
- 5.4. Os pagamentos da **CDHU** serão efetuados exclusivamente por meio de crédito aberto em conta corrente, junto ao Banco do Brasil S.A., em nome da **CONTRATADA**, sendo que o depósito da respectiva quantia pela **CDHU** configurará plena, geral e irrevogável quitação para todos os fins e efeitos de direito.
- 5.4.1. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.5. É vedada a negociação das faturas ou duplicatas com terceiros, bem como o desconto ou a promoção da cobrança das faturas ou duplicatas por meio de banco, senão quando prévia e expressamente autorizado pela **CDHU**.
- 5.6. Se da infringência do disposto no subitem 5.5, acima, advier protesto do título, a **CONTRATADA** deverá efetuar às suas expensas o respectivo cancelamento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data da emissão do correspondente instrumento cartorário, sem prejuízo de arcar com a penalidade prevista no item anterior.
- 5.7. Havendo atraso no pagamento em decorrência de fato não atribuído à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde o dia do vencimento até a data do efetivo pagamento.

## CLÁUSULA SEXTA – DOS TRIBUTOS

- 6.1. Os impostos, taxas, contribuições, encargos previdenciários e trabalhistas devidos em decorrência direta ou indireta da execução do objeto contratado serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, que os recolherá sem direito a reembolso pela **CDHU**.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. Não será exigida prestação de garantia de execução de contrato.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 8.1. À **CONTRATADA**, além das obrigações específicas estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência – Anexo V e demais Anexos do Edital de Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2026, bem como daquelas estabelecidas em lei, cabe ainda:
- a) Nomear formalmente, no prazo de 2 (dois) dias a contar da data da assinatura deste contrato, o gestor que irá coordenar a entrega dos bens e responder pelo cumprimento e desempenho do objeto contratado.
  - a.1) Comunicar à **CDHU**, por escrito, qualquer eventual substituição do gestor contratual com antecedência mínima de 2 (dois) dias corridos.
  - b) Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação da qual decorreu a presente contratação.
  - c) Organizar-se administrativamente, de modo a cumprir com eficiência o objeto deste Contrato.
  - d) Dar ciência imediata e por escrito à **CDHU** de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente as reclamações.
  - e) Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente a **CDHU** ou a terceiros independentemente de culpa ou dolo na execução do objeto contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CDHU em seu acompanhamento.



- f) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos da lei.
- g) Não oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- h) Comprometer-se, em atendimento à Lei federal n. 12.846/13 e ao Decreto estadual n. 69.588/25, a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:
  - h.1) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
  - h.2) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei.
  - h.3) Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
  - h.4) No tocante a licitações e contratos:
    - h.4.1) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.
    - h.4.2) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.
    - h.4.3) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
    - h.4.4) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.
    - h.4.5) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

- h.4.6) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.
    - h.4.7) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
  - h.5) Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
- 8.2. O descumprimento das obrigações previstas nas alíneas “g” e “h” desta cláusula poderá submeter a **CONTRATADA** a rescisão unilateral deste contrato, a critério da **CDHU**, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei federal n. 12.846/13 e o Decreto estadual n. 69.588/25.
- 8.3. A **CONTRATADA** sujeita-se às normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) e do Código de Conduta e Integridade da **CDHU**, bem como encontra-se vinculada aos termos do Edital de Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_\_ e seus Anexos e à Proposta Comercial por ela apresentada e aceita no certame.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CDHU**

- 9.1. Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações da **CDHU**:
  - a) Indicar formalmente, no prazo de 2 (dois) dias a contar da data da assinatura deste Contrato, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual.
  - b) Prestar informações e esclarecimentos eventualmente solicitados que digam respeito ao objeto desta contratação.
  - b) Exercer a fiscalização dos trabalhos, supervisionando sua execução, o que não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade sobre os mesmos.

- d) Comprovar e relatar por escrito eventuais irregularidades na execução objeto contratual.
- e) Permitir o acesso de pessoal indicado pela **CONTRATADA** para execução de entrega dos produtos que constituem o objeto contratual.
- f) Efetuar o pagamento devido, de acordo com as condições e preços estabelecidos contratualmente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 10.1. Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto desta contratação, a **CDHU**, por meio de seus funcionários ou prepostos formalmente designados, se reserva o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os trabalhos, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução de seu escopo.
- 10.2. A fiscalização da **CDHU** terá livre acesso aos locais de execução do objeto contratual.
- 10.3. A **CDHU** exercerá a fiscalização para assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo também, quando necessário, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela **CONTRATADA**.
- 10.4. A fiscalização da execução do objeto pela **CDHU** não exclui nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas deste Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 11.1. A **CONTRATADA** não poderá transferir o objeto deste contrato, no todo ou em parte, nem subcontratar o objeto ora contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO**

- 12.1. O objeto será recebido provisoriamente, pela **CDHU**, no ato de entrega dos bens pelo(s) fiscal(ais) técnico(s) e administrativo(s), consoante disposições do artigo 169 do RILC **CDHU**, mediante emissão individualizada dos correspondentes

Termos de Recebimento Provisório (TRP), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

- 12.2. A **CONTRATADA** fica obrigada, dentro do prazo de 10 (dez) dias, a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a medição correspondente até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 12.3. A fiscalização não efetuará o ateste da nota fiscal até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório (TRP).
- 12.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo V) do Edital de Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ e na Proposta Comercial da **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 12.5. O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, consoante disposições do artigo 169 do RILC **CDHU**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade, quantidade e sua conformidade mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD.
- 12.6. A responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsiste na forma da Lei.
- 12.7. A **CONTRATADA** obriga-se a prestar garantia e assistência técnica quanto aos bens fornecidos pelo prazo de \_\_\_\_ meses (mínimo de 12 (doze) meses), contados a partir da emissão pela **CDHU** do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), submetendo-se às regras e condições dispostas no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90).

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

- 13.1. Comete infração administrativa, da legislação em vigor, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 13.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 13.1, acima, deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

- a) Moratória nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento), nos casos de atraso injustificado ou da infração descrita na alínea “d” do subitem 13.1, acima, sobre o valor da parcela não executada.
- b) Compensatória, para a inexecução prevista nas alíneas “a” e “b” do subitem 13.1, acima, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

- c) Compensatória, para a inexecução total do Contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, acima, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- d) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, acima, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

13.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste instrumento.

13.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CDHU à CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

13.3.3. Os valores de eventuais multas aplicadas serão atualizados pela **CONTRATANTE** até a data de seu pagamento pela **CONTRATADA**.

13.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam

tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no artigo 159 da referida Lei.

- 13.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 13.9. A **CDHU** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.
- 13.11. O descumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do Decreto estadual n. 66.819/2022, ou nos incisos I e II do artigo 9º do Decreto estadual n. 67.409/2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.
- 13.12. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei federal n. 12.846/2013 e do Decreto estadual n. 69.588/25, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

- 14.1. O presente contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes e nas seguintes hipóteses:



- 14.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
  - 14.1.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na Lei n. 13.303/2016 e indicados no subitem 14.2., abaixo.
  - 14.1.3. Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
  - 14.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.
  - 14.1.5. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da **CDHU** para a justa remuneração do objeto executado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 14.2. A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.
- 14.2.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em Lei, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.
- 14.3. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 14.4. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CDHU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.



- 14.5. A variação do valor contratual para fazer face a eventual atualização, compensação ou penalização financeira decorrente das condições de pagamento previstas neste instrumento, não caracteriza alteração do contrato e pode ser registrada por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.
- 14.6. No que tange à eventual prorrogação de prazo contratual, esta somente poderá ser efetivada, entre as partes, se observados os limites legais dispostos na Lei n. 13.303/2016 e as disposições do artigo 140 e seguintes do RILC **CDHU**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 15.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, pelos motivos elencados nos artigos 180 a 182 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da **CDHU**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 16.1. O presente contrato regula-se pelas suas Cláusulas, pela Lei n. 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações da **CDHU** (RILC **CDHU**), publicado no site [www.cdhu.sp.gov.br](http://www.cdhu.sp.gov.br), pelos preceitos de Direito Privado e do Código do Consumidor.
- 16.2. Ajustam as partes que as disposições constantes dos 476 e 477 do Código Civil não se aplicam ao presente instrumento.
- 16.3. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir a inobservância, mesmo por omissão, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições deste contrato, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer modo, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.
- 16.4. O presente Contrato ou os direitos e vantagens de qualquer natureza nele previstos, dele derivados ou a ele vinculados, não poderão, sob nenhum fundamento ou pretexto, ser negociados, dados em garantia ou caucionados, sem prévia e expressa autorização escrita da **CDHU**.
- 16.5. Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2026, a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, a ata de Sessão Pública do certame, bem como o Termo de Ciência e Notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

- 16.6. Utilizar, de forma privativa e confidencial, os dados fornecidos pela **CDHU**, observando o disposto na Lei federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá à **CDHU** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n. 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n. 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

- 18.1. As partes declaram o foro da sede da **CDHU** como único competente, não obstante as regras vigentes no Direito Privado, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 136 do RILC **CDHU**.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes, na presença de testemunhas instrumentárias, o presente Termo por meio de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do Governo do Estado de São Paulo.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Pela **CDHU**:

**NÉDIO HENRIQUE ROSSELLI FILHO**  
Diretor Administrativo-Financeiro

**REINALDO IAPEQUINO**  
Diretor Presidente

Pela **CONTRATADA**:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
RG:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
RG:

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:  
RG:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
RG:

# ANEXO IV

## MINUTA DE ORDEM DE COMPRA

ORDEM DE COMPRA nº ____/____					
<p>A <b>Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU</b>, inscrita no CNPJ 47.865.597/0001-09, <b>AUTORIZA</b> a empresa _____, CNPJ _____ - __, a fornecer os itens contidos nesta Ordem de Compra, obedecendo os padrões e exigências contidas no Edital Pregão Eletrônico n. ____/2026, CDHU, e Contrato nº ____/____.</p>					
<p><i>Esta Ordem de Fornecimento fica totalmente vinculada às condições estabelecidas no Edital, na Proposta Comercial e no Contrato.</i></p>					
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANT. TOTAL (Unidades) (a)	VALOR UNITÁRIO R\$ (b)	VALOR TOTAL (c) = (a) x (b)
1	Bateria 12 VCC/250Ah	371143	60		
2	Bateria 12 VCC/115 Ah	371143	32		
3	Bateria 12 VCC/115Ah	371143	16		
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>					

Pelo presente, e de acordo com o disposto no edital do presente Pregão, fica autorizado o fornecimento.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Gestor do Contrato**

---

**Contratada/Representante**

## ANEXO V

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de baterias chumbo-ácido estacionárias com tecnologia VLRA (Valve Regulated Lead Acid) reguladas por válvula, para uso em equipamentos nobreak, em atendimento às demandas advindas dos Edifícios CIDADE I e IV, localizados, respectivamente, na Rua Boa Vista, 170 e 162 – Centro – São Paulo/SP, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

LOCAL da CENTRAL	CATMAT	Equipamento	CAPACIDADE	ESPECIFICAÇÃO
3º Subsolo CIDADE I	371143	SOCOMEK	120 KVA	60 UNIDADES – Bateria 12 VCC / 250Ah
	371143	RTA	2 X 60KVA	32 UNIDADES – Bateria 12 VCC / 115Ah
2º Subsolo CIDADE IV	371143	RTA	1 x 60KVA	16 UNIDADES – Bateria 12 VCC / 115Ah

Tabela – I – Relação Quantidade de Bateria Por Equipamento

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual n. 67.985, de 27 de setembro de 2023.

- 1.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
- 1.5. O Contrato - Anexo III de Edital oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A fundamentação desta contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP – Anexo VI deste Edital.

## **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 3.1. Este Temo de Referência tem por fim a aquisição de baterias chumbo-ácido estacionárias com tecnologia VLRA (Valve Regulated Lead Acid) reguladas por válvula, para uso em equipamentos nobreak, em atendimento às demandas advindas dos Edifícios CIDADE I e IV.

3.1.1. Os produtos ofertados deverão ser novos, originais de fábrica, sem uso anterior; não sendo resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, seja parcial ou total; bem como deverão estar adequados às normas técnicas e certificações pertinentes vigentes (Normas NBR's da ABNT, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, e Normas ISO).

3.1.2. As baterias a serem fornecidas deverão possuir data de fabricação não superior a 6 (seis) meses em relação à data de sua efetiva entrega.

## **3.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DOS PRODUTOS**

- a. As Centrais de nobreaks nos Edifícios CIDADE I e IV dispõe de equipamentos onde os respectivos bancos de baterias tem as características técnicas descritas a seguir:
- b. Visando à regularização operacional dos equipamentos, com a substituição dos bancos de baterias das unidades nobreaks instaladas no Edifício CIDADE I e CIDADE IV, as baterias deverão conter como requisito obrigatório, a

**Certificação de Órgão Regulador** e todas as unidades devem possuir a **certificação ANATEL**.

- c. Para referência, as marcas/modelos das Centrais UPS (Nobreaks) e baterias ora instaladas nestes equipamentos são as subscritas:

### **Descrição – CIDADE I**

- 3.2.1. O banco de baterias para **Equipamento SOCOMEC** de capacidade de 120 KVA, no **Edifício CIDADE I**, deve ser substituído de “igual por igual”, para perfeita adaptação aos racks e conectores existentes e pode ser constituído de uma das seguintes formas:

- a. Tecnologia: Baterias Estacionárias de Chumbo-Ácido (VRLA - *Valve Regulated Lead Acid*).
  - b. Tensão por Célula: **12 Vcc** (Volts em Corrente Contínua).
  - c. Capacidade mínima: 250 Ah (Ampère-hora) na taxa C10.
  - d. Dimensões referenciais por Célula: Largura: 268 mm; Altura Total: 225 mm; Profundidade: 520 mm.
  - e. Terminal: M8.
- Configuração do Banco:
- f. Quantidade de Baterias: 30 células (unidades) conectadas em série.
  - g. Tensão Total do Banco: **30 células x 2 Vcc/célula = 60 Vcc/células**.
  - h. Corrente Elétrica do Sistema: 250 A.

- 3.2.2. Em relação a outra unidade disponível para operação, no **Edifício CIDADE I**, o **Equipamento modular RTA** – composto de 2 Módulos de 60 KVA, totalizando 120 KVA, é constituído da seguinte forma:

- a. Tecnologia: Baterias Estacionárias de Chumbo-Ácido (VRLA - *Valve Regulated Lead Acid*).
- b. Modelo de Referência: DF 2000.
- c. Tensão por Célula: 12 V (Volts em Corrente Contínua).
- d. Capacidade mínima: 115 Ah (Ampère-hora) na taxa C10.
- d. Dimensões por Célula: Largura: 172 mm; Altura Total: 240 mm; Profundidade: 330 mm.
- e. Terminal: M6.

Configuração do Banco:

- f. Quantidade de Baterias: 16 células (unidades) conectadas em série.
- g. Tensão Total do Banco: **16 células x 2 MÓDULOS = 32 Vcc/células.**
- h. Corrente Elétrica do Sistema: 115 Ah.

### **Descrição – CIDADE IV**

3.2.3. Na central do **Edifício CIDADE IV**, há disponível para operação, o equipamento **modular RTA** de 1 Módulo de 60 KVA, constituído da seguinte forma:

- a. Tecnologia: Baterias Estacionárias de Chumbo-Ácido (VRLA - *Valve Regulated Lead Acid*).
- b. Modelo de Referência: DF 2000.
- c. Tensão por Célula: 12 V (Volts em Corrente Contínua).
- d. Capacidade mínima: 115 Ah (Ampère-hora) na taxa C10.
- e. Dimensões por Célula: Largura: 172 mm; Altura Total: 240 mm; Profundidade: 330 mm.
- f. Terminal: M6.

Configuração do Banco:

- g. Quantidade de Baterias: 16 células (unidades) conectadas em série.
- h. Tensão Total do Banco: **16 células x 1 MÓDULO = 16 Vcc/células.**
- i. Corrente Elétrica do Sistema: 115 Ah.

## **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Da Sustentabilidade**

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) A Contratada é responsável pela qualidade dos bens fornecidos, sem qualquer preferência e/ou indicação de marca por esta CDHU, devendo tratar-se de itens originais e genuínos, novos, não sendo resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, seja parcial ou total.
- b) A Contratada deverá respeitar as recomendações dos fabricantes dos produtos, as normas técnicas vigentes e estar em consonância com os critérios e práticas ambientalmente sustentáveis, com vistas à durabilidade dos materiais e minimização do impacto ambiental.



#### **4.2. Da Garantia da Contratação**

4.2.1. Não será exigida a prestação de garantia da contratação.

### **5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. DO FORNECIMENTO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, devendo ocorrer em remessa única.

5.1.2. A Contratada deverá informar, em tempo hábil, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de cumprir o prazo estabelecido; o qual poderá ser prorrogado desde que fundamentado pela Contratada, a partir de dados devidamente comprovados, sob pena de a Contratada incorrer nas penalidades contratuais previstas.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues no prazo estabelecido, em perfeitas condições de armazenagem e uso, às expensas da Contratada, pela entrada situada na Rua General Carneiro, 245 – Centro – São Paulo/SP, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 8h30 às 12h30 e das 14h30 às 17h00.

5.1.4. A Contratada obriga-se por seus funcionários e/ou prepostos, a cumprir com o disposto no Decreto municipal n. 49.487, de 12/05/2008, e suas alterações posteriores, que regulamenta o trânsito de caminhões na Zona de Máxima Restrição de Circulação – ZMRC.

#### **5.2. DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA DOS PRODUTOS**

5.2.1. O prazo de garantia dos produtos fornecidos deve ser, no mínimo, de 12 (doze) meses.

5.2.2. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CDHU.

5.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

- 5.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do bem.
- 5.2.6. Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua retirada das dependências da CDHU, pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.2.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado por única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela CDHU.
- 5.2.8. Nesta situação, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela CDHU, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.2.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da CDHU ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a CDHU autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos bens.
- 5.3.10. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de exclusiva responsabilidade da Contratada.
- 5.3.11. A garantia legal ou contratual deste objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no Contrato a ser firmado, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 5.3. O fornecimento deste objeto encontra-se sujeito às regras dispostas no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90).

## **6. DA GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei federal n. 13.303/2016 e disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC CDHU, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a CDHU e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A CDHU poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. **Da Fiscalização**

6.4.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (ais) do Contrato, ou pelo (s) respectivo (s) substituto (s), conforme artigos 174 e 175 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC CDHU.

6.5. **Da Fiscalização Técnica**

6.5.1. O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5.2. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5.3. O fiscal técnico realizará, em conformidade com o Contrato, as conferências do fornecimento realizado.

6.5.4. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle contratual, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução deste objeto.

6.5.5. O fiscal técnico do Contrato informará ao gestor contratual, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.5.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas aprazadas, o fiscal técnico do Contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor contratual.

6.6. **Da Fiscalização Administrativa**

6.6.1. O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o pagamento, as garantias, as glosas e, quando for o caso, também a formalização de apostilamento

e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 6.6.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor contratual para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **6.7 Do Gestor do Contrato**

- 6.7.1. O gestor do Contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica e administrativa dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do Contrato.
- 6.7.2. O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins da autorização da despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal de atendimento das obrigações assumidas contratualmente e do pagamento da despesa.
- 6.7.3. O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei federal n. 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.7.4. O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente à Superintendência de Finanças da Diretoria Administrativo-Financeira da CDHU para a formalização dos procedimentos de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato

## **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Do Recebimento**

- 7.1.1. Executado o Contrato, este objeto será recebido:
- a) Provisoriamente, pelo (s) fiscal (ais) técnico (s) e administrativo (s), mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório (TRP) assinado pelas partes no ato de entrega das notas fiscais dos produtos adquiridos; e

- b) Definitivamente, por todos os agentes gestores envolvidos na contratação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) assinado pelas partes, após o prazo de até 10 (dez) dias úteis da emissão do TRP, uma vez comprovada a qualidade e conformidade deste objeto com as obrigações contratuais.

7.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a (s) nota (s) fiscal (ais) para pagamento até que sejam sanadas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.1.3. A CDHU deverá rejeitar, no todo ou em parte, o bem entregue em desacordo com o contratado, sendo essa verificação de responsabilidade da área gestora do Contrato.

- a) Havendo rejeição dos bens, a Contratada deverá entregá-los no prazo estabelecido pela CDHU, observando as condições estabelecidas para a prestação.

7.1.4. Da emissão do TRD, terá início o prazo de garantia dos produtos de, no mínimo, 12 (doze) meses.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens/materiais nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual.

## **7.2. Da Autorização de Pagamento**

7.2.1. Após a emissão do TRD, a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, apresentada (o) pela Contratada, será atestada pela Superintendência de Administração de Serviços autorizando o pagamento dos produtos fornecidos, em função do atendimento das exigências contratuais, encaminhando-a (o) para a área financeira da CDHU para pagamento.

7.2.2. Para fins de autorização de pagamento, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentada (o) expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do Contrato e da CDHU;

- d) o período de vigência do Contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a autorização do pagamento da despesa, esta (e) ficará sobrestada (o) até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CDHU.
- 7.2.4. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada (o) da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 7.2.5. A CDHU deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital; e
  - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CDHU.
- 7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CDHU deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.2.8. Persistindo a irregularidade, a CDHU deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

- 7.2.9. Havendo a efetiva execução deste objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela extinção do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 7.3. Do Prazo de Pagamento

- 7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do aceite da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, emitido pelo Gestor do Contrato, desde que tenha sido autorizado o pagamento da despesa, conforme subitem 7.2., nos termos do art. 2º do Decreto estadual n. 32.117/90 e suas alterações.
- 7.3.2. No caso de atraso pela CDHU, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente, nos termos do artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual n. 67.608/2023, c.c. o artigo 1º do Decreto estadual n. 32.117/1990, bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### 7.4. Da Forma de Pagamento

- 7.4.1. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de crédito aberto em conta corrente ou ordem de pagamento no Banco do Brasil S/A, em nome da Contratada.
- a) Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual n. 12.799/2008.
- 7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4.3. A CDHU poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na Nota Fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- a) Independentemente do percentual do tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



- 7.4.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA FORMA DE FORNECIMENTO**

### **8.1. Da Forma de seleção e do critério de julgamento da proposta**

- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **8.2. Da Forma de fornecimento**

- 8.2.1. O fornecimento deste objeto será efetuado em sua totalidade mediante entrega imediata.

### **8.3. Da Proposta Comercial e do Critério de Aceitabilidade de Preços**

- 8.3.1. A Proposta Comercial deverá ser elaborada nos termos do Anexo I do Edital.
- 8.3.2. Os preços unitários ofertados não deverão conter qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- a) No valor proposto deverão estar incluídos, além do lucro, todos os custos, diretos e indiretos, encargos e demais despesas relacionados a este objeto, tais como: materiais; **tributos**, encargos e ônus incidentes; despesas com frete e embalagens até sua efetiva entrega; garantia dos produtos; e, eventuais perdas ou custos para sua perfeita consecução.
  - b) Os preços unitários e totais ofertados deverão contemplar no máximo duas casas de centavo.
  - c) As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste instrumento, no Edital e seus anexos.



- d) Deverão ser indicados expressamente na Proposta Comercial a marca, modelo e fabricante dos produtos ofertados.
- e) Não será admitida proposta com quantitativos dos itens integrantes do grupo licitado inferiores às quantidades previstas neste Termo de Referência e Proposta Comercial.
- f) A licitação será realizada em grupo único, formado pelos itens descritos no item 1.1 deste instrumento, devendo o Licitante ofertar Proposta para todos os itens que o compõem e nos quantitativos totais licitados.

8.3.3. Para efeito do Sistema de Pregão Eletrônico, o Licitante deverá observar as seguintes instruções na elaboração de sua Proposta:

8.3.3.1. A Proposta Comercial (Anexo I) preenchida em todos os seus tópicos deverá destacar o valor total final (atualizado) obtido no certame, finda a etapa de lances e negociação (se houver), e ser anexada no Sistema de Pregão Eletrônico na etapa de aceitabilidade de preços.

8.3.3.2. A aceitabilidade dos preços unitários e global ofertados dar-se-á quanto à compatibilidade com os preços praticados em mercado, bem como quanto à comprovação de atendimento integral das especificações mínimas do objeto ofertado na Proposta Comercial pelo Licitante, consoante aquelas descritas neste Termo de Referência. Neste sentido, o Licitante deverá apresentar juntamente à sua Proposta Comercial:

- a) “Folders”, encartes, folhetos e/ou catálogos técnicos contendo as informações e especificações dos produtos ofertados;

8.3.4. A Proposta Comercial deve ser apresentada em valor vigente na data de sua apresentação.

#### 8.4. **DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

8.4.1. Para fins de Habilitação, deverá o Licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### **I - Da Habilitação Jurídica**

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- d) **Filial, sucursal ou agência de sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência de sociedade empresária, respectivamente, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**I.1.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **II - Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa relativas a tributos federais e à Dívida Ativa da União, com prazo de validade em vigor, conforme Decreto federal nº 8.302/14 e Portaria do Ministério da Fazenda 358, de 05/09/14;
- b) Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, obtida no endereço eletrônico: <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>, com prazo de validade em vigor;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com prazo de validade em vigor.

- II.1.** Serão aceitas Certidões Negativas e Certidões Positivas com Efeito de Negativas.

**III - Da Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor judicial da sede do Licitante, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

**IV - Da Qualificação Técnica**

- a) Atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) que a licitante já forneceu baterias chumbo-ácido estacionárias com tecnologia VLRA (Valve Regulated Lead Acid), com quantitativo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do objeto pretendido, conforme descrito abaixo:

- a.1) Fornecimento de, no mínimo, 54 (cinquenta e quatro) baterias chumbo-ácido estacionárias com tecnologia VLRA (Valve Regulated Lead Acid) para nobreak.

- a.2) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo supracitado, a apresentação e o somatório de diferentes Atestados ou Certidões de tantos contratos quantos dispuser a licitante.

- a.1) O Atestado deverá conter:

- Prazo contratual, datas de início e término;
- Local do fornecimento dos bens;
- Natureza do fornecimento;
- Caracterização do bom desempenho do Licitante;
- Outros dados característicos; e
- A identificação da pessoa jurídica emitente, bem como o nome, o cargo e o telefone do signatário.

- IV.1.** O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor da documentação

apresentada, solicitando ao Licitante documentos complementares, tais como: Nota (s) Fiscal (ais), Contrato, Ordem de Compra, etc.

#### **8.4.2. Das Outras Comprovações**

- a) Declaração, conforme modelo apresentado no Anexo II – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação do Edital, subscrita por representante legal do Licitante, atestando que:
  - a.1) Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual.

### **9. DO VALOR TOTAL REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O custo estimado desta contratação possui caráter sigiloso, nos termos do caput do art. 34 da Lei federal nº 13.303/16 e do artigo 39 do RILC CDHU.

### **10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Administração Indireta do Estado.
- 10.2. No presente exercício, esta contratação será atendida pela seguinte dotação:
  - I) Gestão/Unidade: 253101 (CDHU) / 2.01.00.01 – (Núcleo de Gestão Condominial).

**Data**

**RESPONSÁVEL**

**ANEXO VI****ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1 INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- N. do Estudo Técnico Preliminar: \_\_\_\_/2026
- Categoria do objeto: Bens
- Processo Administrativo: CDHU SEI n. 387.00008167/2025-61

**2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Consoante disposições e normativas legais, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU é responsável pela gestão condominial dos Edifícios CIDADE I, II e IV em colaboração com a Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD, por meio do Termo de Convênio 01/2022, ocupado por inúmeras Unidades Administrativas Públicas.

Visando ao melhor desempenho das atividades laborais exercidas nesses inúmeros ambientes, há necessidade de aquisição de baterias chumbo-ácido estacionárias com tecnologia VLRA (Valve Regulated Lead Acid) reguladas por válvula, para uso em equipamentos nobreak, em atendimento às demandas advindas dos Edifícios CIDADE I e IV.

As baterias atualmente instaladas nos Edifícios CIDADE I e CIDADE IV encontram-se em estágio avançado de degradação, caracterizando o término de sua vida útil operacional. Essa condição implica na redução da capacidade de armazenamento e na perda de eficiência do sistema de energia de reserva, comprometendo diretamente a autonomia e a confiabilidade do fornecimento elétrico de contingência, elementos críticos para a segurança e a continuidade das operações das edificações.

**3 AREA REQUISITANTE**

- Áreas: Núcleo de Gestão Condominial - Superintendência de Administração de Serviços
- Responsável: SAS - Superintendência de Administração de Serviços

#### **4 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- Os produtos ofertados deverão ser novos, originais de fábrica, sem uso anterior; não sendo resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, seja parcial ou total; bem como deverão estar adequados às normas técnicas e certificações pertinentes vigentes (Normas NBR's da ABNT, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, e Normas ISO).

#### **5 LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Haja vista contratações anteriores efetuadas pela CDHU e outros órgãos governamentais, considerando que a aquisição de baterias chumbo-ácido estacionárias com tecnologia VLRA (Valve Regulated Lead Acid) reguladas por válvula, para uso em equipamentos nobreak deve ser imediata e na integralidade dos quantitativos previamente dimensionados, a solução que se impõe é sua aquisição mediante licitação para compra imediata, não sendo cabível, nos termos de legislação vigente, a adoção do registro de preços, nem a compra com entrega parcelada diante da necessidade de reposição de itens cuja vida útil já está se esgotando .

#### **6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A contratação proposta visa à regularização operacional das centrais de nobreaks, com a substituição dos bancos de baterias das unidades instaladas no Edifício CIDADE I e CIDADE IV, as baterias deverão conter como requisito obrigatório a Certificação de Órgão Regulador e todas as unidades devem possuir a certificação ANATEL.

A descrição da solução encontra-se pormenorizada em Termo de Referência (Anexo V) de Edital.

#### **7 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

<b>LOCAL da CENTRAL</b>	<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>CAPACIDADE</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
	SOCOME	120 KVA	60 UNIDADES – Bateria 12 VCC / 250Ah

3° Subsolo CIDADE I	RTA	2 X 60KVA	32 UNIDADES – Bateria 12 VCC / 115Ah
2° Subsolo CIDADE IV	RTA	1 x 60KVA	16 UNIDADES – Bateria 12 VCC / 115Ah

Tabela – I – Relação Quantidade de Bateria Por Equipamento

## 8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do caput do art. 34 da Lei federal n. 13.303/16, o valor estimado para a contratação será sigiloso até a fase de homologação da licitação.

## 9 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Visando à economia de escala e ampliação da competitividade na busca da proposta mais vantajosa à Administração, não aplicável o parcelamento do objeto.

## 10 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para a plena execução contratual, a CDHU deve manter em pleno funcionamento os equipamentos nobreak mediante contratações específicas.

## 11 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está alinhada na previsão do orçamento 2026 desta CDHU.

## 12 BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

A aquisição de baterias chumbo-ácido estacionárias com tecnologia VRLA (Valve Regulated Lead Acid), reguladas por válvula, destinadas à central de nobreak, visa assegurar a continuidade, a confiabilidade e a estabilidade do fornecimento de energia elétrica aos diversos equipamentos essenciais dos Edifícios CIDADE.

A utilização de baterias estacionárias adequadas à aplicação em sistemas de energia ininterrupta garante melhor desempenho em situações de falta ou

instabilidade no fornecimento de energia, preservando a integridade dos equipamentos conectados, evitando perdas de dados, interrupções de serviços e possíveis danos decorrentes de desligamentos abruptos.

### **13 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Não se faz necessária a adoção de demais providências por esta CDHU.

### **14 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Dentre os principais benefícios a serem alcançados, destaca-se o aumento da segurança operacional, uma vez que as baterias VRLA apresentam menor risco de vazamentos, dispensam manutenção periódica com reposição de eletrólito e possuem sistema de recombinação de gases, o que contribui para um ambiente mais seguro e adequado às instalações existentes.

### **15 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Considerando as justificativas, os requisitos e o modelo de contratação explanados neste ETP, restam presentes as condições que ratificam sua plena viabilidade.

### **16 RESPONSÁVEIS**

**MARCOS CESAR BUENO DA SILVA**  
Apoio Administrativo